

## **DISTRIBUIÇÃO SALARIAL EM SANTA CATARINA POR FAIXA DE RENUMERAÇÃO – DE 2002 A 2012**

IURI AUGUSTO REIS PULGA  
Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc  
Email: [iuripulg@hotmail.com](mailto:iuripulg@hotmail.com)

### **RESUMO**

As políticas neoliberais e desenvolvimentistas mudaram o percurso do Brasil. Não diferente foi em Santa Catarina. As políticas econômicas levaram os principais setores a mudanças estruturais, alterando também o emprego. Inicialmente a abertura econômica e a precarização prejudicaram os postos de trabalho reduzindo-os. Posteriormente a valorização do salário-mínimo, a distribuição de renda e o foco no mercado interno melhoraram essas condições, mas ainda há grande parte da população ganhando pouco e poucos ganhando muito. No estado catarinense empresas mudaram seu modo de produção com a ampliação da terceirização e a modernização, alterando as relações de trabalho. Com o aumento do salário-mínimo foi notória a transferência de empregos por faixa salarial entre os setores produtivos. O deslocamento dos empregos mais renumerados para os de menor renda, impactados pelas ações governamentais e pela lei da oferta e demanda, impactou negativamente o emprego em Santa Catarina. Avaliar e entender essas mudanças salariais e suas distribuições, entre os principais setores econômicos em Santa Catarina, é o principal foco desse presente documento.

**Palavras – Chave: Faixa de renumeração. Distribuição de renda. Emprego formal por grande setor.**

## **SUMÁRIO**

### **1. INTRODUÇÃO**

### **2. PROBLEMA DE PESQUISA**

2.1. Objetivo

2.2. Metodologia

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

3.1. Neoliberalismo e Desenvolvimentismo no Brasil - influências em Santa Catarina

3.2. Estudo da variação salarial em Santa Catarina – período de 2002 a 2012

### **4. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

4.1 Políticas públicas e a Lei da oferta e demanda

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **6. REFERÊNCIAS**

## **INTRODUÇÃO**

Com o intuito de avaliar as mudanças na renda da população catarinense, este estudo tem como objetivo analisar a evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina, diante das transformações provocadas pelas políticas adotadas a partir dos anos de 1990, 2000, findando em 2012.

Procurou-se também levantar uma qualificação da dinâmica deste mercado, por meio da identificação de relações entre os anos de estudo e remuneração dos trabalhadores. Observou-se que as políticas de abertura comercial e desregulamentação financeira dos anos de 1990 provocaram perdas para o mercado formal de trabalho catarinense, ocasionando uma queda de emprego formal em determinados segmentos e uma redistribuição setorial dos postos formais de trabalho que continuaram a se expandir para outros setores. A política desenvolvimentista pós 2002 retomou o emprego, expandiu o mercado, serviços e a indústria, modificando os postos de trabalho. Inclusões sociais por via de programas federais, reaquecimento do mercado interno e a valorização do salário-mínimo acima da inflação mudaram o cenário nacional. Um aumento no número de empregos na faixa salarial que varia de 0,5 a 4,0 salários-mínimos (SM) e uma redução porcentual de empregos na faixa de maior renda ( >10 SM ) mostram sinais que as políticas de distribuição de renda no Brasil trouxeram impactos na economia catarinense.

Verificar quais motivos dessas modificações no quantitativo de empregados, por grande setor econômico - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o deslocamento dos postos de trabalhos entre os setores e as faixas salariais é o principal foco desse presente artigo.

## **OBJETIVO**

Analisar e entender a evolução do mercado formal em Santa Catarina de 2002 a 2012, suas mudanças e as transferências dos empregos entre os setores.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa sobre a evolução do mercado formal em Santa Catarina, no período de 2002 a 2012, pode ser caracterizada como de caráter dedutivo, sustentada por uma pesquisa de natureza aplicada, utilizando-se como base quantitativa os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), coletados no RAIS. Do ponto de vista de seus objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva, dada a caracterização que será feita do mercado formal de trabalho, assim como de suas variáveis analisadas: setor de atividade econômica, remuneração e quantitativo total de empregos formais. Um levantamento bibliográfico que servirá de apoio ao marco teórico e a caracterização regional e nacional, sustentado quantitativamente nos dados do MTE.

## NEOLIBERALISMO E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL - INFLUÊNCIAS EM SANTA CATARINA

As transformações econômicas estruturais que ocorreram nas últimas décadas causaram impactos generalizados sobre o mundo do trabalho. Fatores como a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, delinearam um movimento de reestruturação produtiva nas empresas, diminuindo os empregos e precarizando as relações de trabalho. Diante das políticas neoliberais, as empresas buscaram flexibilizar suas relações no mercado de trabalho, reduzindo custos e aumentando sua produtividade. Um modelo de produção foi introduzido no País, sendo mais flexível e que incorporava maior automação e tecnologia, reduzindo os postos de trabalho e fazendo surgir novas formas de contratação com jornadas mais flexíveis e terceirizações. Conforme citação de Ricardo Antunes:

“Durante a década de 1980 ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando as empresas a adotar, no início, novos padrões organizacionais e tecnológicos, novas formas de organização social do trabalho. Iniciou-se a utilização da informação produtiva e do sistema de produção *team work*, alicerçada nos programas de qualidade total”. (ANTUNES, 1980, pág. 17)

Passando para a década de 90, esse período teve por destaque: as políticas de estabilização da moeda pela implementação do Plano Real, contenção da inflação por via da política monetária, privatizações das estatais para reduzir gastos e modernizar os “elefantes brancos”, ajustes fiscais para honrar com suas dívidas, abertura comercial e desregulamentação econômica, as inovações movidas pela modernização, e a terceirização da produção. Ainda nessa década, o Brasil teve um ímpeto nos programas de participação do trabalhador conjunto com a empresa, obtendo participação pífia no lucro, o chamado “colaborador”. Aumentava assim sua produtividade sem contrapartida merecida, denominado de programas japoneses de qualidade (qualidade total, 5S, etc). Ainda mantendo a linha de pensamento do autor supracitado:

“Foi, a partir dos anos 90, sob a condução do Consenso de Washington, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil. Uma mescla do Fordismo e Toyotismo...no contexto da desregulamentação do comércio mundial, a reestruturação veio por meio das inovações tecnológicas... (ANTUNES, 1980, pág. 19)

Após as políticas neoliberais o Brasil sofreu outra mudança. Uma política mais nacionalista, com o foco para o mercado interno, mudou alguns setores econômicos no Brasil, aumentando o emprego formal. De 2002 até o presente, as políticas federais tiveram como características: manutenção da estabilidade econômica; melhor distribuição de renda, com o aumento do salário-mínimo acima da inflação; afirmação dos interesses nacionais, por meio de uma maior participação em foros mundiais e acordos econômicos com países de mesmo porte (MERCOSUL, BRICS, etc.); programas sociais como Fome Zero, Bolsa Escola, Bolsa Família, etc., para atender a população de baixa renda; e a reformulação do BNDES e financiamento de residências pela Caixa Econômica Federal pelo programa “Minha casa minha vida”. Esse breve

resumo do governo delineou as principais medidas econômicas adotadas e tiveram um balanço total positivo. Conforme Aloísio Mercadante, o objetivo estratégico do governo de resume:

[...] na consolidação de um Novo Desenvolvimentismo, alicerçado na participação popular, na ampliação do mercado interno de consumo de massa e na inclusão social, recuperar os fundamentos macroeconômicos, e superar as fragilidades estruturais que ainda acometiam a nossa economia para, em seguida, concentrar-se mais no lançamento das bases de seu projeto de retomada do desenvolvimento.

Todas essas ações, ao longo dos anos descritos, impactaram a economia em Santa Catarina e teve seu desempenho fortemente condicionado pelo desenvolvimento da economia brasileira. As transformações possibilitaram o início do processo de reestruturação econômica nas empresas, atingidas pelo aumento da competição externa. As mudanças estruturais na economia catarinense aconteceram dentro deste cenário, com a redução das atividades produtivas estatais e a reestruturação do parque industrial, distribuído por todo o estado e em diferentes setores da economia. Na era neoliberal, a estrutura produtiva e ocupacional catarinense foi fruto das políticas que ora incentivaram a expansão e a diversificação industrial e ora a agravaram. Podemos ver o descrito por Venturi:

Ocorreu ainda uma forte redução das atividades estatais, oriundas das privatizações que passaram a atingir o complexo industrial nacional. Em Santa Catarina ocorreu uma forte reestruturação do setor têxtil, com a retração do segmento, a reestruturação da indústria cerâmica e do setor eletro-metal-mecânico, o desmonte do setor carbonífero e ainda a desnacionalização do complexo agroindustrial foram registrados aumento da informalidade e da precarização dos postos de trabalho (VENTURI, 2007, pág 34).

Após esse período neoliberal, a economia catarinense voltou a crescer de forma ordenada, tendo uma retomada nos setores industriais, nos serviços e na construção civil. O desenvolvimentismo gerou um aumento dos postos de trabalho nos grandes setores econômicos e tem por destaque principal a faixa salarial de menor renda (0,5 a 4,0 salários-mínimos) e qualificação. A elevação do salário-mínimo trouxe uma parcela significativa da população para o consumo interno e criou uma demanda no consumo da “linha branca” e de bens de consumo não duráveis, puxando “a reboque” toda a cadeia produtiva.

As relações entre as políticas descritas, seus impactos na renda e nos setores produtivos em Santa Catarina serão avaliados nas seções seguintes.

## **ESTUDO DA VARIAÇÃO SALARIAL EM SANTA CATARINA – período de 2002 a 2012**

### **Faixa de Renumeração Média por Grande Setor (IBGE) - Base: Salário Mínimo (SM)**

Com as políticas econômicas no Brasil adotadas nos períodos recentes relatados, ao qual impactou também a economia catarinense, distribuiu e modificou o emprego formal no Estado em diversas formas. Crescimento, estagnação e declínio do número de

empregados em alguns grandes setores da economia em Santa Catarina, serão avaliados por seguinte.

Obtendo os dados dos 5 (cinco) grandes setores do IBGE: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços, e Agropecuária; e avaliando o somatório da população total absoluta empregada, por faixa de renumeração, verificamos que há uma separação entre as faixas salariais, ao qual podemos dividir em 4 (quatro) grupos: Faixa de renumeração de 0,5 a 1,0 SM; de 1,01 a 4,0 SM; de 4,01 a 10,00 SM; e de 10,01 a 20,00 (ou mais) SM. Grupos estes dispostos em linhas brancas, azuis, amarelas, e laranjas, respectivamente, nas duas tabelas abaixo.

#### Ano - 2002 a 2006

RAIS Vínculo Id							
	IBGE Gr Setor						
Faixa Remun Média (SM)	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Ñ class	Total
Até 0,50	2.773	411	4.758	10.651	468	0	19.061
0,51 a 1,00	30.012	4.245	51.335	100.896	10.797	1	197.286
1,01 a 1,50	437.910	45.542	236.525	474.634	77.760	6	1.272.377
1,51 a 2,00	594.199	59.382	435.920	486.397	48.515	52	1.624.465
2,01 a 3,00	649.982	71.451	346.268	609.895	42.039	547	1.720.182
3,01 a 4,00	286.830	21.593	98.382	313.460	10.188	200	730.653
4,01 a 5,00	143.861	9.426	42.081	218.587	3.663	53	417.671
5,01 a 7,00	123.990	8.505	34.160	247.620	3.945	35	418.255
7,01 a 10,00	75.135	4.002	19.269	150.329	3.191	29	251.955
10,01 a 15,00	45.192	1.707	7.018	101.648	2.356	20	157.941
15,01 a 20,00	17.233	665	2.236	50.211	1.454	3	71.802
Mais de 20,00	21.240	591	2.161	60.015	1.730	7	85.744
{ ñ class }	18.115	2.805	6.287	23.795	1.295	0	52.297
Total	2.446.472	230.325	1.286.400	2.848.138	207.401	953	7.019.689
Consulta executada em 06-11-2013 às 20:20h							

#### Ano - 2007 a 2012

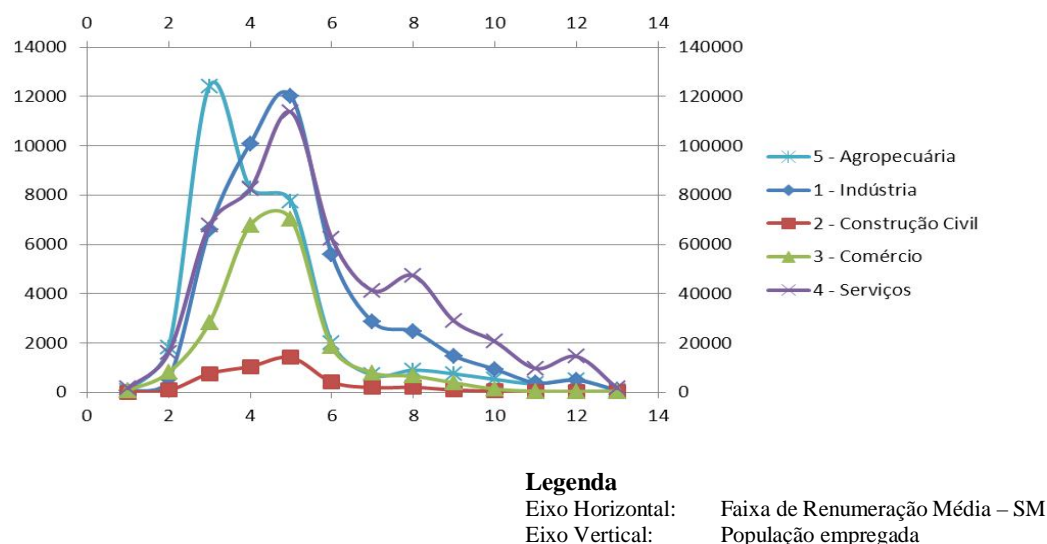
RAIS Vínculo Id						
	IBGE Gr Setor					
Faixa Remun Média (SM)	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total
Até 0,50	5.491	1.961	7.724	20.970	950	37.096
0,51 a 1,00	53.879	12.015	87.822	186.448	13.802	353.966
1,01 a 1,50	923.821	129.414	715.017	1.020.707	121.603	2.910.562
1,51 a 2,00	974.783	143.908	706.277	850.163	58.581	2.733.712
2,01 a 3,00	925.473	121.733	438.428	901.870	38.476	2.425.980
3,01 a 4,00	355.831	37.730	142.581	460.123	9.687	1.005.952
4,01 a 5,00	160.110	15.220	58.023	307.705	2.675	543.733
5,01 a 7,00	141.227	12.497	45.234	323.988	2.409	525.355
7,01 a 10,00	79.510	6.014	21.099	186.251	1.427	294.301
10,01 a 15,00	45.977	2.277	8.299	124.212	631	181.396
15,01 a 20,00	17.145	643	2.540	59.333	193	79.854
Mais de 20,00	18.280	470	2.433	57.723	208	79.114
{ ñ class }	103.871	17.334	37.257	110.716	7.772	276.950

<b>Total</b>	3.805.398	501.216	2.272.734	4.610.209	258.414	11.447.971
Consulta executada em 06-11-2013 às 20:22h						

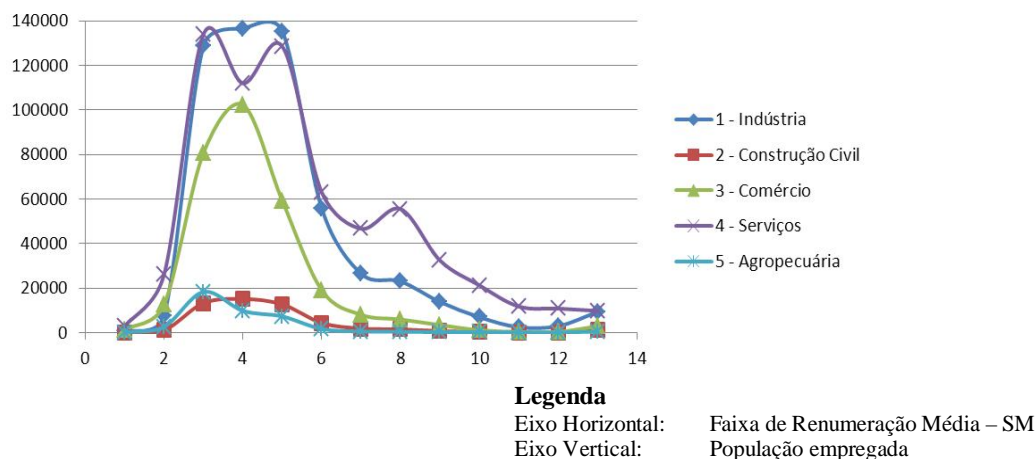
Comparando as duas tabelas, e os anos relativos, podemos verificar que há uma distinção entre as 4 faixas salariais relatadas. Trabalhadores que ganham até 1 (um) salário mínimo representam um quantitativo pouco expressivo em comparação aos outros. Em contrapartida, a segunda faixa em azul possui a maior concentração de empregos em SC, pois seu somatório é de **5.347.677** empregados no período de **2002 a 2006**, representando **76,18 %** do total de empregos formais; já entre **2007 e 2012** há um crescimento quantitativo de **9.076.206** empregados, representando **79,28%** do total, ou seja, há uma variação percentual positiva de **3,1%** entre os períodos. Continuando as séries, a faixa salarial de 4,01 a 10,00 SM nos mostrou uma variação negativa, apesar do crescimento dos valores absolutos irem de **1.087.881** para **1.363.389** de empregados, pois houve uma queda na variação porcentual do total de empregados, declinando de **15,49%**, no quinquênio 2002-2006, para **11,9%** em 2007-2012. Ou seja, uma redução de **3,59%**. No último quartil, de 10,00 a > 20,00, os contratados eram de **315.487** em 2002-2006, subindo para **340.364** em 2007-2012, representando aproximado e respectivamente, **4,5%** e **3%** do total bruto, destacando outra queda porcentual de valor de **1,5%**.

Dentre as informações adquiridas há um nítido aumento do número de trabalhadores de baixa renda, em contraponto aos de média e alta renda, tendo em vista que estes tiveram perdas na divisão porcentual do “bolo”, contrabalanceados com o crescimento daqueles. Para entender os motivos dessa variação e mensurar de forma mais precisa, os gráficos abaixo estão dispostos em 3 anos distintos: 2002, 2006 e 2012, e separados por setores econômicos, para assim verificar os motivos pontuais das dispersões.

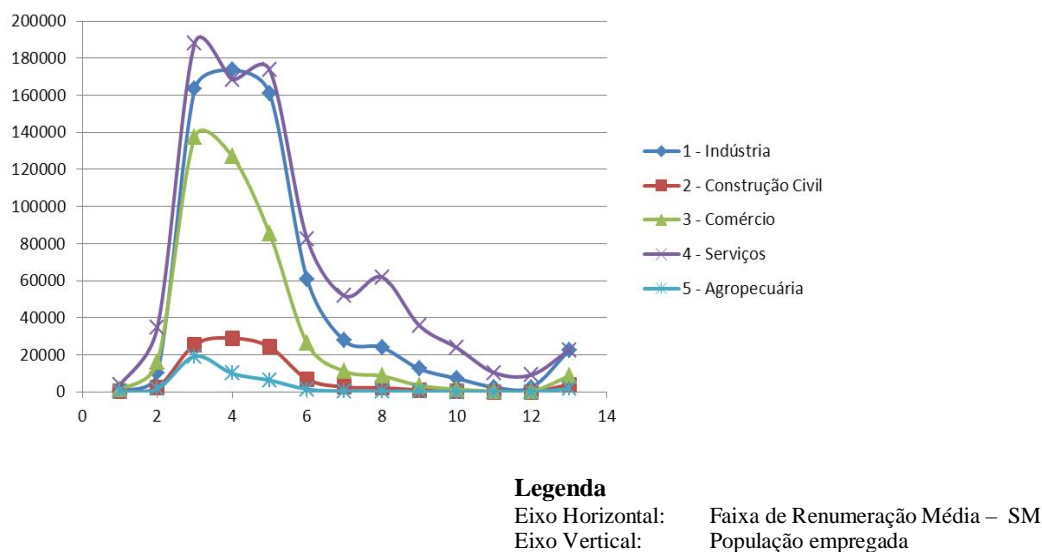
### Ano 2002



### Ano 2006



## Ano 2012



Analisando os três gráficos de forma conjunta, alguns setores apresentaram mudanças significativas, já outros nem tanto. No setor industrial e o de serviços podemos ver que as alterações foram similares. Entre 2002 e 2006 houve um deslocamento da curva na faixa salarial de 2,00 a 4,00 SM, caracterizando um aumento da força de trabalho. Porém entre 2006 e 2012 não houve mudança estrutural, sendo que a curva salarial manteve quase estática entre eles, ou ainda, a mudança ocorrida em 2006 foi absorvida em 2012. Um fator que pode explicar esse fenômeno é a política adotada pelo governo no período, aumentando acima da inflação o salário mínimo, levando o mesmo a ganhos cumulativos ano a ano. Também o aumento dos gastos do governo com programas sociais pode ter levado a essa mudança nesses setores.

Na construção civil há outra alteração parecida com a descrita acima. Entre 2002 e 2006 a curva de empregos deu um “salto” nas faixas de renumeração de 1,00 a 4,00 SM. Já para 2012 houve outro salto em comparação a 2006, entre as faixas 3,00 a 5,00 SM. Isso demonstra uma mudança considerável nesse setor, logo que o crescimento apresentado foi maior que a proporção de empregos totais gerados. Esses dados podem ser conferidos nas tabelas 1 e 2. Uma fatia maior de trabalhadores está representado na construção civil. Uma justificativa para este aumento são os incentivos do governo



federal, no financiamento de moradias para as classes menos favorecidas, custeados pela Caixa Econômica Federal.

As informações acima mostram que houve mudanças em alguns setores, porém são dados distintos que dificultam analisá-los como um todo. Para isso, vamos unir essas variações entre os setores verificando suas faixas salariais, em termos percentuais absolutos, para assim tentar entender seus motivos.

### VARIAÇÃO PERCENTUAL DA RENUMERAÇÃO ANUAL

Os dados e deduções até aqui apresentadas são apenas em valores absolutos, não podendo nos informar com precisão o ocorrido. De 2002 a 2012 o número total de empregos formais em SC cresceu (70,2%), assim como à população economicamente ativa no Brasil (23%). Essa diferença corrobora aos dados oficiais do Governo sobre uma diminuição do desemprego, mas não ajuda a verificar o porquê das mudanças entre a quantidade de empregos e os salários pagos. Para isso foi utilizado o somatório da quantidade de empregos entre todos os grandes setores e dividido pela sua faixa de remuneração respectiva e, com isso, calculado a variação percentual entre suas faixas de remuneração anual, conforme a tabela abaixo.

Faixa Remun. Média (SM)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Até 0,50	0,22	0,25	0,27	0,27	0,33	0,35	0,36	0,34	0,31	0,30	0,30
0,51 a 1,00	2,57	2,75	2,73	2,79	3,13	3,15	3,13	3,35	3,02	2,85	3,09
1,01 a 1,50	14,73	17,11	15,87	18,24	23,46	25,18	25,17	27,16	26,50	23,33	25,37
1,51 a 2,00	21,84	22,90	23,25	23,92	23,51	23,24	23,30	23,10	24,36	24,84	24,17
2,01 a 3,00	26,38	25,31	25,94	24,14	21,48	21,02	21,14	20,59	20,70	22,15	21,42
3,01 a 4,00	11,55	10,77	10,82	10,24	9,03	8,83	8,93	8,74	8,78	9,01	8,46
4,01 a 5,00	6,50	6,14	6,15	5,90	5,24	5,09	5,02	4,52	4,52	4,97	4,45
5,01 a 7,00	6,60	5,98	6,15	5,81	5,42	4,94	4,91	4,48	4,18	4,47	4,62
7,01 a 10,00	3,97	3,73	3,76	3,43	3,18	2,89	2,83	2,48	2,28	2,50	2,51
10,01 a 15,00	2,60	2,40	2,35	2,13	1,88	1,67	1,62	1,56	1,52	1,59	1,57
15,01 a 20,00	1,16	1,06	1,04	0,95	0,93	0,83	0,79	0,68	0,64	0,65	0,64
Mais de 20,00	1,65	1,26	1,29	1,11	0,90	0,79	0,75	0,68	0,68	0,68	0,58
{ ñ class }	0,24	0,31	0,39	1,06	1,50	2,01	2,06	2,31	2,51	2,67	2,83
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Visualizando a tabela, fica evidente que houve uma mudança crescente nas faixas 0,5; 1,0; e 2,0 SM. Na de 0,5 SM seu percentual de pessoas empregadas era de 0,22 % do seu total em 2002, crescendo para 0,35% em 2007, reduzindo até 0,30% em 2012. De 0,51 a 1,00 SM ocorreu de forma similar: uma alta em 2007 (3,15%) seguido de uma pequena redução em 2012 (3,09%). Ambas renumerações obtiveram um ganho cumulativo.

Mas a principal alteração está na faixa de 1,01 a 1,5 SM. Em 2002 foram 14,73% do total de empregados, indo para 25,17% em 2007, terminando em 25,37% em 2012, sendo o maior ganho entre todas as faixas, o que sinaliza um grande aumento no

nível de empregos nessa renumeração. O mesmo ocorre, em menor proporção, entre 1,51 e 2,0 SM, “pulando” de 21,84%; 23,24%; e 24,17%, entre os mesmos anos analisados. Se houve um aumento desse lado, obviamente há uma redução de outro. Para compor a totalidade de 100% dos empregados, onde teve-se um ganho percentual, deve-se haver uma perda em outro ponto para “fechar a conta”.

Os ganhos salariais a partir de 2,01 até 20,00 SM é onde ocorre essa redução. Na faixa de 2,01 a 3,0 SM sua porção era de 26,38% em 2002, reduzindo para 21,42% em 2012. Já entre 7,01 a 10,00 SM a quantidade era de aproximadamente 8 pessoas para cada 200 trabalhadores em 2002, encolhendo para 5 empregados nessa faixa para entre 200 totais, em 2012. Essa situação redutiva, a partir de 2,01 SM, vale para todas as faixas salariais, demonstrando que há uma perda de trabalhadores que ganham melhores salários em Santa Catarina. Quais seus motivos? O porquê disso? Avaliaremos sobre duas informações conjuntas: políticas públicas e lei da oferta e demanda.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI DA OFERTA E DEMANDA**

Durante o período analisado, dentre as políticas públicas em geral, as de estímulo ao consumo, trabalho e renda se destacaram. Incentivos ao consumo no mercado interno, criação de postos de trabalhos com carteira assinada e o aumento real do salário-mínimo acima da inflação (70% até 2010) foram destaques. A aplicação de programas sociais (bolsa escola, bolsa família, fome zero, entre outros) tiveram importância também, pois fizeram ascender uma classe excluída, colocando-a no consumo. Todas essas ações incharam uma massa já crescente no Brasil, a classe C. Isso mudou o processo de formação dos salários, como afirma Campos.

... uma política salarial gerenciada de forma centralizada em um regime político democrático, o controle efetivo do processo de formação dos salários nominais dependerá de fatores como o grau de centralização da estrutura da organização sindical, sua representatividade e capacidade de mobilização e o poder do Estado... (Campos, 1990, pág. 3)

Esse processo de formação influenciou os empregos em SC. Os mercados de trabalhos sofreram mudanças, conforme já mencionado, gerando uma maior oferta de mão de obra onde os salários são menos renumerados, explicando o porquê dessa crescente das faixas salariais de até 2,0 SM. Esse empregos requerem uma menor qualificação e foram absorvidos, principalmente, nos setores: Comércio, Indústria e Construção Civil, conforme vimos nos gráficos apresentados. Essa oferta de trabalho foi absorvida pelos setores, reduzindo os postos de trabalhos onde requer uma melhor renumeração. *Roover* (1967, pág. 23) destacou: “Como qualquer outro bem, o trabalho é objeto de trocas em mercados, nos quais, mediante a ação de ofertantes e demandantes, são determinados os salários”. Logo, uma maior oferta de mão de obra reduziu os salários. *Roover* ainda complementa: “a oferta de trabalho é formada por pessoas que se dispõem a trabalhar, desde que recebam um salário em troca e a demanda de trabalho por pessoas que se dispõem a contratar trabalhadores, pagando-lhes salários”. Então, mais trabalhadores ofertando seu capital humano a um menor preço, automaticamente nivela para baixo os capitais com maiores renumerações. Essas ações deslocaram os postos de trabalho para setores menos renumerados, dando uma falsa impressão de melhor distribuição da renda. Mas não é o que ocorre. Há, sim, um

deslocamento de pessoas mais renumeradas para os postos menos remunerados, nivelando por baixo os salários, causando essa ilusão de distribuição da renda.

Podemos avaliar melhor com outra citação, a de *Zanotti*:

“Em uma economia de mercado, os salários somente podem subir se, mantendo-se constantes as demais circunstâncias, aumentar a demanda de trabalho e/ou diminuir a oferta desse fator de produção; e só podem diminuir se, dadas as demais condicionantes, cair a demanda e/ou aumentar a oferta de trabalho. Como podemos ver, a determinação do preço do fator trabalho é idêntica — em um mercado sem interferências do governo — à de todos os outros bens e serviços”. (Zanotti, 1990, pág. 101)

Como podemos ver as mudanças ocorridas em SC têm por motivos as forças de mercado, impulsionados pelas iniciativas do Governo Federal. A inclusão de trabalhadores nos setores citados fizeram reduzir os empregos nas faixas de remunerações mais bem pagas, já que esses novos trabalhos gerados não necessitam de uma maior qualificação, nivelando por baixo o nível de salário.

Uma justificativa outra poderia ser levada em conta: uma melhor distribuição da renda. Mas não teria significado, tendo em vista que, olhando sobre essa ótica, houve um processo contrário. Há um aumento de pessoas ganhando pouco e poucas pessoas ganhando muito. O que podemos ver em SC é que houve um aumento de postos de trabalho nos setores menos renumerados, levando a uma redução dos empregos mais bem pagos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas do governo federal de elevação do salário-mínimo e da inclusão da classe C no consumo, geraram uma oferta de mão de obra nos setores econômicos de construção civil, serviços, e na indústria em Santa Catarina. O crescimento dessa oferta de trabalho foi absorvida pelos setores. O aumento da proporção apresentada de trabalhadores nas faixas salariais de 0,5 até 2,0 SM mostrou isso. Em contrapartida, houve um deslocamento (redução) dos postos de trabalhos nas faixas salariais mais bem renumeradas, principalmente acima de 4; 7 e 20 SM. Pela lei de mercado, uma maior oferta de trabalho, induzida pelas políticas públicas, reduziu o quantitativo de pessoas que recebem melhores salários. Outra explicação seria que como esses empregos gerados são de menor qualificação, como empregos gerados no comércio ao invés de técnicos da indústria pesada, automaticamente requer menor remuneração, mudando o rumo do emprego. Nesse estudo foi comprovado que o mercado de emprego formal em SC mudou, deslocando dos empregos mais renumerados para os de menor ganho, dando a falsa impressão de uma melhor distribuição da renda, mas o que ocorreu foi que houve perda de poder de compra com mais pessoas ganhando menos, tendo em vista as ações do Governo em conjunto com as leis de mercado. Para avaliar com maior precisão seus reais motivos, embasado em uma pesquisa mais aprofundada, requer um estudo mais teórico. Contudo, é importante analisar as informações aqui prestadas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo-SP: Boitempo. 2006. 528 p.

BALTAR, Paulo. **Salário Mínimo e Desenvolvimento**. Campinas-SP: Unicamp. 2005. 228 p.

CAMPO, Silvia Horst. **O salário-mínimo e a determinação da taxa de salários na economia brasileira: uma revisão da literatura existente**. Dissertação de mestrado da autora. Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ensaios FEE, 1992.

MERCADANTE, Aloísio. **O governo lula e a construção de um brasil mais justo**. São Paulo: Fundação Perseu abramo, 2010, 112 p. Disponível em: [http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/brasil\\_em\\_debate\\_vol\\_4\\_aloizio\\_mercadante.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/brasil_em_debate_vol_4_aloizio_mercadante.pdf)

ROOVER, Raymond. **San Bernardino of Siena and Sant'Antonio of Florence: The Two Great Economic Thinkers of the Middle Ages**. Kress Library of Business and Economics. Boston. 1967. Disponível em: <http://www.mises.org.br/EbookPrint.aspx?e=73&c=527>

VENTURI, Aline Zeli. **A evolução do emprego formal em Santa Catarina a partir de 1990. 84f. Monografia** – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

ZANOTTI, G. **Economia e Liberdade** - A Escola Austríaca e a Economia Brasileira.  
Capítulo 7 - Trabalho, salários e distribuição de renda. Disponível em:  
<http://www.mises.org.br/EbookPrint.aspx?e=73&c=527>